

Jornalismo e o movimento Escola Sem Partido: a posição editorial dos jornais brasileiros

Alexandro Kichileski

Universidade do Centro-Oeste, Florianópolis, SC, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5990-2143>

Carlos Augusto Locatelli

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, SC, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0041-3780>

Resumo

O artigo aborda o posicionamento editorial dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo sobre o movimento Escola Sem Partido entre os anos de 2014 e 2018. A análise está amparada na adaptação da análise crítica do discurso e da teoria de enquadramento, bem como em reflexões sobre ideologia, observando os argumentos do movimento Escola Sem Partido e o posicionamento dos jornais. Dentre as implicações analíticas, destaca-se que os jornais pautaram, editorialmente, o movimento Escola Sem Partido como um efeito (reação) de alguma causa (problema) que precisa resolver a suposta e etérea falta de qualidade e direcionamento educacional. Apesar das diferenças pontuais, nenhum editorial antagonizou a narrativa do movimento de que a doutrinação é uma consequência de uma prática constituída nas instituições educacionais do país. Ao reconhecerem a postura conservadora que assumem, os editoriais não problematizam a possibilidade de o movimento Escola Sem Partido ser uma causa de setores sociais com agendas próprias, naturalizando e assumindo suas prerrogativas.

Palavras-chave

comunicação; educação; escola sem partido

1 Introdução

A educação é um valor universal constituído na modernidade e uma questão central para o desenvolvimento das nações, consolidado a partir do século XX. No Brasil, esse valor consolidou-se na Carta Magna de 1988, como um dever do Estado e um direito de todos. Posteriormente, esse direito se materializou através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Brasil, 1996) que, após intenso debate, passou a balizar o funcionamento do ensino entendendo-a como um processo formador para a cidadania e para a vida em sociedade. No entanto, um grupo específico de brasileiros acredita que esses princípios estão errados.

Reunidos, oficialmente a partir de 2004, em torno do que se denominou de movimento Escola Sem Partido (ESP), passaram a combater o que entendiam como uma *contaminação* ideológica nas escolas brasileiras, denunciando as “doutrinações” existentes e propondo uma série de modelos com propostas legislativas para redefinir os rumos da educação pública. A base dos seus argumentos é que as convicções morais, políticas e religiosas não devem ser discutidas no ambiente escolar, mas tratada na esfera da vida privada (Moura, 2016). O auge do movimento ocorreu nas eleições de 2018, com a absorção de suas premissas pela frente capitaneada pelo candidato de extrema-direita à presidência, Jair Messias Bolsonaro.

Para pensar esta situação, a presente pesquisa mobiliza o conceito de esfera pública (Habermas, 1984; Gomes, 2008), uma vez que a comunicação é condição necessária para que os atores sociais atinjam seus interesses em um regime democrático. Essa engrenagem social procura soluções coletivas, publicamente discutidas e deliberadas, que façam valer os interesses da sociedade civil em contraste com as pressões do Estado. Contemporaneamente, essa esfera é fortemente influenciada pelos meios de comunicação de massa, o jornalismo em particular.

Dada a complexidade do tema, bem como a trama desenvolvida pelo ESP, é imprescindível voltar-se ao conceito de ideologia. Considerada um conceito complexo, polissêmico e polêmico, pode-se compreender a ideologia (Eagleton, 2006; Konder, 2002; Lowy, 2017) pelo viés crítico de legitimação e luta diante das desigualdades estruturais de classe (Althusser, 1985; Zizek, 1999) ou pela função de integração social (Ricoeur, 1990). Paralelamente, o conceito de hegemonia é referenciado como suporte analítico por representar a tradução da autoridade cultural de uma classe social sobre as outras que lhe opõem (Correia, 2004). Em outras palavras, hegemonia pode ser compreendida como construção de alianças mediante concessões para ganhar consentimentos, cujo foco se dá na constante luta sobre os pontos de instabilidade entre classes/grupos sociais (Fairclough, 2001).

A escolha de editoriais¹ dos jornais como base de análise se dá pelo reconhecimento histórico de que o editorial sinaliza o posicionamento preferencial do próprio veículo. No Brasil, especificamente, o editorial é dirigido para a opinião pública, mas encerra uma relação de suposto diálogo em geral endereçada ao Estado. Um diálogo de coação para a defesa de interesse dos segmentos empresariais e financeiros que o representam (Marques de Melo, 2003). Toma-se por objeto os editoriais que discorreram sobre o movimento Escola Sem Partido nos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo, três dos mais influentes do país, que pertencem ao que a literatura usualmente tipifica como veículos de referência.

O presente artigo é resultado de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (Kichileski, 2019) e tem como pressuposto metodológico a adaptação do modelo de análise crítica do discurso (Fairclough, 2001), compreendendo discurso como um modo de ação que permite aos indivíduos agirem e construírem o mundo com significado. Nessa perspectiva, a prática discursiva necessita ser analisada no contexto interdiscursivo, compreendendo e contextualizando a situação histórica, política e ideológica na qual o texto está inserido.

Para organizar e analisar o objeto empírico será adaptado o conceito de enquadramento que colabora na compreensão dos editoriais e dos acontecimentos circunscritos no texto, gerando esquemas interpretativos no processo de estruturação de sentido, relacionando com a dinâmica social (Maia, 2009). O corpus da pesquisa é composto pela totalidade dos editoriais que trataram diretamente do tema, publicados entre janeiro de 2014 a dezembro de 2018, resultando em onze peças (seis do jornal Folha de S. Paulo, três do Estado de S. Paulo e dois de O Globo).

2 Os editoriais em questão

Como mencionado na introdução, a pesquisa dos editoriais está amparada pelas reflexões metodológicas da análise de discurso crítica e enquadramento. A análise de discurso preocupa-se em compreender não só o dizer, mas as condições de produção desse dizer. A análise de discurso, sobretudo de linha francesa, ganha substancialidade crítica na tentativa de

¹ “Os editoriais podem dizer muito sobre a cobertura informativa da empresa de comunicação, que chega a um público mais amplo. As influências da opinião institucional sobre a cobertura noticiosa ainda precisam ser investigadas com maior profundidade. No entanto, os editoriais passam por um dilema ainda maior, pois não podem se utilizar de estratégias como a objetividade para justificar os enquadramentos apresentados, obrigando o jornal a trazer para si a responsabilidade das caracterizações e das opiniões em foco, ao invés de atribuí-las a uma suposta reflexão da realidade” (Mont’Alverne; Jamil Marques, 2018, p. 32).

inscrevê-lo no materialismo histórico, reconhecendo as determinações históricas dos processos semânticos. Reconhece-se que a base da língua possui relativa autonomia, que é regida por leis internas, mas a noção de processo discurso-ideológico, que se desenvolve dentro da língua, é marcada pela relação estrutural da sociedade (Brandão, 2006).

O discurso é entendido como forma de prática social, consolidando modos de ação sobre o mundo, assim como modos de representação. Ou seja, ele constitui-se “[...] de todas as dimensões de estrutura social que [...] o moldam e os restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (Fairclough, 2001, p 91).

A prática discursiva é compreendida como processo de produção, distribuição e consumo do texto, que são processos sociais com características econômicas, políticas e institucionais, bem como mediadora entre o texto e a prática social. Nesse processo de produção é preciso levar em conta os recursos disponíveis, a interiorização das normas, as convenções para a produção. Na produção do texto consta a interdiscursividade, isto é, todo texto é formado ou inspirado por outros. É preciso considerar os diferentes discursos que surgem em decorrência dos fatores sociais, necessitando articular os textos com os contextos sócio-históricos. Só é possível compreender as práticas discursivas a partir da contextualização histórica, política e ideológica em que a produção do texto está inserida (Fairclough, 2001).

Através do conceito de enquadramento foi possível articular as variáveis e os princípios organizadores dos discursos editoriais. O pressuposto de enquadramento preocupa-se em como os discursos estabelecem molduras de sentidos², enquadrando o mundo e seus acontecimentos, a partir de perspectivas específicas (Mendonça; Simões, 2012). A teoria do enquadramento permite que um problema seja observado a partir de uma multiplicidade de perspectivas e, desse modo, o conceito tende a ser compreendido como um processo pelo qual as pessoas desenvolvem uma determinada forma de olhar e orientar o pensamento sobre um determinado objeto. Ou seja, enquadramento é um conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais, possibilitando rotular um número quase infinito de ocorrências. A respeito dos editoriais analisados, o enquadramento gerou princípios organizadores e esquemas interpretativos, processo de estruturação de sentido baseado nas relações com a sociedade, bem como sua influência no processo deliberativo (Maia, 2009).

² “O *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).” (Pêcheux, 1988, p. 160).

Para proporcionar uma visão panorâmica e sistematizada dos editoriais analisados, o quadro abaixo apresenta os jornais, títulos dos editoriais, suas datas e abreviações para facilitar a análise. No decorrer do texto será descrito o contexto histórico em que foram produzidos e seus aspectos textuais mais relevantes.

Quadro 1 - Editoriais analisados

Jornal	Editorial	Data
Folha de São Paulo	Na base da Ideologia (FSP.1)	15/05/2016
O Estado de São Paulo	Ideologia na Escola (OESP.1)	19/07/2016
O Globo	O risco do pensamento totalitário (OG.1)	20/07/2016
O Estado de São Paulo	A 'primavera' secundarista (OESP.2)	19/10/2016
Folha de São Paulo	Partido da Escola (FSP.2)	22/10/2016
Folha de São Paulo	Sem maniqueísmo (FSP.3)	12/04/2017
Folha de São Paulo	Equívoco sem partido (FSP.4)	11/05/2018
O Estado de São Paulo	A radicalização das universidades (OESP.3)	13/11/2018
O Globo	É uma farsa o objetivo do Escola Sem Partido (OG.2)	18/11/2018
Folha de São Paulo	Energia desperdiçada (FSP.5)	24/11/2018
Folha de São Paulo	Escola com evidência (FSP.6)	16/12/2018

Fonte: Elaborado pelos autores.

O contexto histórico-social dos editoriais do ano de 2016 (FSP.1- OESP.1 - OG.1 - OESP.2 - FSP.2) se dava no processo e consumação do *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, baseado em uma discussão política altamente polarizada. Paralelamente, discutia-se a instituição da comissão especial destinada a proferir parecer sobre o projeto político do Escola Sem Partido (ESP). Os OESP.2 e FSP.2 foram escritos já sob o governo de Michel Temer e em meio da mobilização estudantil contra as políticas de ajustes fiscais. No ano de 2017, o FSP.3 foi escrito diante dos avanços das pautas de ajustes fiscais do governo Temer e da polêmica visita de Fernando Holiday, então vereador de São Paulo pelo partido Democratas (DEM), a escolas para inspecionar os conteúdos ministrados em sala de aula.

Já em 2018 o FSP.4 é escrito diante do relatório da comissão especial que votou favoravelmente ao projeto de lei do movimento ESP. Os editoriais OG.2, FSP.5 e FSP.6 são escritos após a eleição presidencial, marcada por polêmicas, *fake news* e polarização política. Com a vitória de Jair Bolsonaro é apresentada uma sinalização de mudanças nas políticas educacionais do país.

No âmbito textual, é possível observar que os editoriais dos jornais analisados acreditam na existência de uma doutrinação de viés esquerdista, mas discordam das propostas políticas do movimento ESP. Segundo os textos, tais propostas acabam descambiando em

paternalismo, contradizendo as ideias liberais que supostamente defendem (FSP.1), além de autoritarismo (OESP.1) e totalitarismo (OG.1).

Diante da mobilização estudantil contra as políticas de ajuste fiscal do governo Temer em 2017, o OESP.2 considera-a criminosa e manipulada por centrais sindicais e partidos de esquerda. Já a Folha de São Paulo começa a discutir a impossibilidade prática de apontar de modo inequívoco que o conteúdo seja ou não ideológico. Em seu terceiro editorial (FSP. 3) acredita na existência de uma doutrinação esquerdista com um “marxismo vulgar” e no próximo (FSP.4) fala da precariedade educacional e que chavões ideológicos tornam a situação mais nociva, necessitando o investimento na formação docente capaz de formar alunos que criem suas próprias ideias.

Com a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, é argumentado que extremistas estão tumultuando as universidades, apesar do segundo turno ter ocorrido em normalidade democrática (OESP.3). Mas, diante da sinalização de radicalização no Ministério da Educação, o OG.2 traz um alerta sobre uma onda conservadora no país que não pode se transformar num macartismo tropical, evitando ações obscurantistas em sala de aula. O FSP.5 diz que a escolha de Ricardo Vélez para ministro da Educação representou vitória da ideologia pouco familiarizada com o setor sobre a técnica, o conhecimento especializado e a tarimba administrativa. O FSP.6 comemora o arquivamento da ESP, argumentando que, apesar de sua preocupação ser justificável, sua prática é perigosa. Critica também a tentativa de proibir a educação sexual no ambiente escolar.

Pode-se dizer que os principais enquadramentos encontrados são que a Educação brasileira deve ser repensada, que o movimento Escola Sem Partido traz denúncias legítimas, mas que sua prática política é repudiável. A respeito da estrutura narrativa dos editoriais (Marques de Melo, 2003):

- a) há uma tendência de estrutura editorial similar entre os jornais. Os editoriais do jornal O Estado de São Paulo aproxima-se mais da concepção de artigos de fundo por serem mais extensos, os demais podem ser classificados como *sueltos*;
- b) o conteúdo parte do critério informativo, principalmente referente aos acontecimentos; porém, o estilo persuasivo é mais visível nos jornais O Globo e O Estado de São Paulo;
- c) quanto ao estilo, todos os editoriais apresentam um viés racionalizante, na tentativa de explicar os acontecimentos e defender seus argumentos;

- d) a natureza dos editoriais é promocional, no qual acompanham os eventos e buscam explicá-los dentro da política editorial traçada.

Na análise dos argumentos é possível constatar que a educação brasileira padece de muitos males:

- a) existe doutrinação ideológica nas instituições educacionais e essa doutrinação foi constatada por setores da sociedade, resultando em articulações na esfera pública;
- b) o Escola Sem Partido tornou-se a principal canalização desse descontentamento, porém não apresenta uma proposta democrática;
- c) a proposta do movimento ESP desencadeia paternalismo (Folha de S. Paulo), autoritarismo (O Estado de São Paulo) e totalitarismo (O Globo).

Em contrapartida, os editoriais apresentam divergências em algumas questões: o jornal O Estado de São Paulo desqualifica a existência de uma onda conservadora no país, enquanto O Globo reconhece sua existência e defende que as instituições existem para moderá-la. O Estado de São Paulo chama os estudantes que participaram das mobilizações e ocupações secundaristas de manipulados pela esquerda e a Folha de São Paulo critica, três dias depois, o Escola Sem Partido (ESP) por subestimar a capacidade dos alunos de encarar de modo crítico o que é dito.

O jornal O Estado de São Paulo é o que mais se aproxima do discurso do movimento ESP, inclusive pela forma de ataque aos movimentos de esquerda, e o jornal O Globo é o que mais pondera e reflete as justificativas de sua existência. A Folha de S. Paulo, por sua vez, por publicar mais editoriais acabou desenvolvendo melhor suas críticas a respeito do movimento com o passar do tempo, sobretudo na censura de temas que envolvem gênero e sexualidade.

3 Ideologia: uma reflexão necessária

Há uma dificuldade em situar o significado inequívoco de ideologia, seja na linguagem política, filosófica ou sociológica. Em seus aspectos históricos, a palavra foi literalmente inventada pelo pensador francês Destutt de Tracy em um livro chamado *Elementos da Ideologia*, publicado em 1801. Partindo de um materialismo vulgar, procurou entender ideologia como o estudo científico das ideias enquanto resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza. Porém, Destutt de Tracy e seus discípulos, ao entrarem em atrito

com Napoleão Bonaparte, verã o termo ideologia sofrer uma alteração. Napoleão acusará os ideólogos de metafísicos que fazem abstrações da realidade social e vivem no mundo especulativo (Lowy, 2017).

O sentido napoleônico torna-se preponderante e é nessa direção que Karl Marx o empregará. Marx passou a desenvolver uma reflexão sobre ideologia a partir do acerto de contas com Hegel. Na *Crítica do direito público hegeliano* os pressupostos hegelianos sobre o Estado são considerados formalismo, uma construção teórica distorcida que vincula ideologia à alienação. Em *A Ideologia Alemã* o fenômeno ideológico será visto como falsas representações construídas pelos seres humanos a respeito do que eles são ou deveriam ser (Konder, 2002). Em uma crítica aos neo-hegelianos, Marx e Engels (2007, p. 85) assinalam que esses “[...] esquecem apenas que, a essas fraseologias não se opõem nada além de fraseologias, e que, ao combaterem as fraseologias desse mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente”. Ou seja, não ocorre uma conexão de sua crítica com o próprio meio material.

Posteriormente o conceito é ampliado, compreendendo as formas ideológicas como maneiras por onde os grupos sociais tomam consciência da vida real. As manifestações da religião, da filosofia, do direito e das doutrinas políticas são exemplos dessas formas. O fato é que, para Marx, o conceito de ideologia é pejorativo, um conceito crítico que vai implicar em consciência deformada da realidade. Mas o conceito continuará sua trajetória no marxismo, e em Lênin ganha outro sentido: qualquer concepção da realidade social ou política vinculada aos interesses de determinadas classes sociais (Lowy, 2017).

Como é possível perceber, a noção de ideologia tem uma série de significados que nem sempre são compatíveis entre si. Numa concepção ampla, a ideologia pode ser compreendida como uma imagem que um grupo social confere a si mesmo (Ricoeur, 1990). Em uma percepção mais restrita, pode-se compreender as ideologias como formas simbólicas mobilizadas para a reprodução do poder (Thompson, 2011). A ideologia faz referência, para além do sistema de crenças, com as questões do poder. Logo, é preciso compreendê-la em uma intersecção entre o poder político e o sistema de crença (Eagleton, 2006).

No entanto, seguindo o raciocínio de Eagleton (2006), é preciso cautela na ampliação do conceito de ideologia para não anular sua eficácia. A força do termo se dá na capacidade de diferenciar as lutas de poderes mais ou menos centrais daquelas que não são. Isso exige estar aberto à discussão dessas prioridades, bem como para a refutação. Logo, situa-se a ideologia mais como uma questão de *discurso* que de *linguagem*. É embaraçoso examinar se um enunciado é ideológico ou não, ignorando seu contexto discursivo. A crítica da ideologia deve

atentar-se mais às questões de *quem* está falando o *que*, com *quem* e com qual *finalidade* do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento.

Muitos compreenderam a ideologia em sua forma imanente, enquanto falsa consciência. Mede-se a distorção ou falsidade de uma construção ideológica e compreende-a como “[...] uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto que, sob interesses sociais inconfessos (de dominação etc.), separa seu sentido público “oficial” e sua verdadeira intenção” (Zizek, 1999, p. 6). Um dos últimos defensores dessa prerrogativa é Habermas. A ideologia representaria elementos pseudo-comunicacionais que dificultam a realização de consensos racionalmente fundados. Essa ideia de falsa consciência implica em pensar na possibilidade de ver o mundo (sobretudo social) de maneira inequívoca, o que é muito suspeito (Eagleton, 2006).

Pensar a ideologia em seu âmbito político, e não epistemológico, não significa equipará-la à política. Esta última compreende os processos efetivos de manutenção ou transformação da ordem social. A ideologia, por sua vez, refere-se ao modo como esses processos políticos entram em disputas no plano do significado. Ela opera em uma arena conflituosa de construção de sentidos, onde a eficácia depende, precisamente, da capacidade de essas significações darem sentido às experiências vividas das pessoas, ajustando sua percepção da realidade social a partir de uma interação prática³. Dizer que um enunciado é ideológico é perceber que ele está carregado de motivos ulteriores, cujos interesses de poder busca legitimar. Pode-se pensar que um discurso ideológico pode ser verdadeiro em um nível e não em outro, por exemplo, verdadeiro em seu conteúdo empírico, mas falso quanto ao valor, verdadeiro em seu significado superficial, mas enganoso em suposições subjacentes.

A questão epistemológica da ideologia é deixada de lado a partir dos pressupostos de Althusser (1985), onde a ideologia representa o modo que sujeito vivencia as relações em conjunto com a sociedade, o que dificulta considerá-la como questão de verdade ou falsidade. Eagleton (2006) argumenta que o termo abrange todas as modalidades políticas, desde identificação com o poder dominante até a sua oposição. No entanto, mesmo adotando o sentido amplo de ideologia, as reflexões de Althusser focaram no sentido mais restrito de ideologia como uma formação dominante. A ideologia ganha materialidade e constitui rituais ideológicos. Não é uma consciência falsa, mas uma realidade social cuja existência implica o não conhecimento de sua essência pela grande parte dos seus participantes. A questão

³ “Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada” (Eagleton, 2006, p. 27).

ideológica não é a falsa consciência de um ser social, mas esse próprio ser na medida que ele é sustentado pela falsa consciência (Zizek, 1999).

No entanto, essas “relações vivenciadas” não anulam a questão epistemológica da ideologia porque tais relações podem se envolver com um conjunto de crenças que estão abertas ao juízo de verdadeiro ou falso. O argumento althusseriano não nega, necessariamente, que esses juízos podem aplicar-se, em algum nível, ao discurso ideológico, mas que dentro de tal discurso o afetivo prepondera sobre o cognitivo. O discurso ideológico pode ser pensado como uma complexa rede que dispõe de elementos empíricos e normativos, na qual a organização dos primeiros é determinada pelos requisitos dos últimos (Eagleton, 2006).

Uma outra maneira de compreender o fenômeno da ideologia é observando sua capacidade de integração social (Ricoeur, 1990). É pela ideologia que um grupo social confere uma imagem de si mesmo, onde seu papel, diante de um acontecimento e a memória social, é de manter a energia inicial. A ideologia é dinâmica porque procura demonstrar que o grupo que a transmite tem razão de ser o que é, justamente por sua capacidade de simplificar e esquematizar a realidade. Sua força simplificadora opera na maneira como os acontecimentos são interpretados.

Apesar dessa primeira característica, a função da dominação obscurece a função de integração. Pela ideologia ocorre uma interpretação e justificação das relações com as autoridades. A pretensão da dominação legítima é correlativa com a crença. O ato fundador de um grupo é político e ideológico por excelência. Recorrendo à noção de legitimidade weberiana, a atividade humana de produção simbólica se relaciona não apenas com o trabalho, mas também com o entendimento que a ideologia preenche “[...] o hiato entre a crença na legitimidade dos agentes de poder e a pretensão de validade implícita na acção desses mesmos agentes” (Correia, 2004, p. 245).

O fato é que a falsa consciência pode significar que agregados de ideias realmente sejam verdadeiros, mas que essas são funcionais para a manutenção de um poder opressivo, e aqueles que as defendem ignoram isso. Um conjunto de regras pode ser falso, mas racional, no sentido de internamente coerente, consistente com evidências e fundamentos que parecem ser plausíveis. Os que criticam a ideia de ideologia como falsa consciência estão corretos em afirmar que ela não é uma ilusão infundada, mas uma força material que tem conteúdo cognitivo para organizar a vida prática dos seres humanos (Eagleton, 2006).

Há diferença entre estar equivocado e iludido, uma pessoa pode compreender perfeitamente os mecanismos de exploração econômica e mesmo assim defendê-la. Há a estrutura cínica, onde os sujeitos têm conhecimento e consciência que vivem em valores falsos,

e mesmo assim os reproduzem. No entanto, conforme argumenta Eagleton (2006), se as ideologias dominantes acabam envolvendo falsidades, é porque a maioria das pessoas não é de fato cínica. Por fim, enunciados ideológicos podem apresentar veracidade em relação à sociedade como se encontra, mas falsa diante da possibilidade de transformar um estado de coisas.

Quando a ideologia deixa de ser vista como “cimento”, ou seja, mecanismo homogêneo que garante a reprodução social, tornando processos vagamente interligados e heterogêneos, vemos a inversão da ideologia em *não-ideologia*. Nem ideologia como doutrina explícita, nem ideologia em sua existência material, mas rede de pressupostos quase “espontâneos” que constituem um momento de práticas “não ideológicas”. No entanto, não vivemos em uma sociedade pós-ideológica, porque a ideologia não desapareceu do cenário político. Mecanismos de ordem econômica e de coação da norma legal mobilizam e materializam crenças e reproduções sociais implicitamente ideológicas. Por isso que a coerção *extra-ideológica* do mercado, por exemplo, é ideológica por excelência (Zizek, 1999).

Apesar da pluralidade de sentidos sobre o conceito de ideologia, para a presente análise essa será compreendida como reflexos das relações materiais concretas, cujo objetivo é a manutenção da coesão social, camuflando os conflitos existentes na sociedade. Elas são:

Significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. [...]. As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de “senso comum” (Fairclough, 2001, p. 117).

A ideologia investe na linguagem de diversas maneiras e deve ser compreendida tanto como propriedade de estruturas quanto propriedade de eventos. A ideologia está tanto nas estruturas, ou seja, ordens de discursos que constituem o resultado de eventos passados, quanto nos próprios eventos que reproduzem e transformam as estruturas condicionadas. Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas possuem capacidade de agir criativamente diante de suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias. Compreendendo a ideologia em sua negatividade, pode-se afirmar que as “[...] ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural e assim por diante” (Fairclough, 2001, p. 121).

Outro conceito intercambiável com a ideologia é o de hegemonia. Decorrente das diversas transformações da modernidade, onde a comunicação assume um papel relevante na estruturação e exercício da política, a noção de hegemonia emergiu como um conceito que se traduz na busca de uma autoridade cultural de uma classe social sobre os outros que lhe opõem. Podemos dizer que ideologia e hegemonia são conceitos “[...] que se articulam, de modo evidente, como dimensão simbólica, cultural e comunicacional da atividade social e política, designadamente com as relações de poder e de dominação” (Correa, 2004, p. 224). É nesse contexto que o conceito de hegemonia é desenvolvido com Gramsci, onde a ideologia já não diz respeito ao conteúdo do corpo de crença, mas a sua utilidade:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’ [...] Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relação de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios (Fairclough, 2001, p. 122).

Um mesmo corpo de ideias e crenças pode servir tanto como “cimento social” para a reprodução de dominações existentes quanto representar uma aspiração à transformação das relações sociais num sentido democratizante. Nada impede que conceitos como “direitos humanos” sejam utilizados tanto para justificar atividades de dominação quanto para modificar de modo positivo a realidade. Nessa esteira, autores como Habermas reconhecem que a esfera pública está revestida de significação ideológica, mas também carrega um desejo de transformação e emancipação da realidade social (Correia, 2004).

4 Os editoriais e a negação da *minha* Ideologia

O discurso, enquanto linguagem historicamente situada, é perpassado pela interpelação ideológica do sujeito, mas não determinado de maneira completa. Compreender a linguagem como prática social implica vê-la como um modo de ação historicamente situado, existindo a tensão dialética entre as estruturas convencionadas e a possibilidade de mudanças. O uso da linguagem é sempre simultaneamente constitutivo com potencialidade constituinte de transformação. Esse uso da linguagem está situado numa luta hegemônica que “[...] localiza-

se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre os diferentes domínios” (Fairclough, 2001, p. 122).

Os processos ideológicos são representações da realidade que devem ser vinculadas com as noções de hegemonia e poder. O poder consiste na instauração de uma hegemonia e esta necessita da difusão de uma representação de mundo pretensiosamente universal, que é a ideologia. Nessa esteira, a ideologia é compreendida como um tipo de vivência espontânea, bem como forma discursiva e simbólica de distorção da realidade que só pode ser rompida pelo esforço intelectual-científico da reflexão crítica (Peixoto; Alencar; Ferreira, 2018).

A eficácia da ideologia vai depender de sua capacidade de criar um imaginário coletivo cujo interior os indivíduos consigam localizar-se e identificar-se. Uma ideologia torna-se hegemônica quando flui espontaneamente como verdade aceita, representando o real e a prática através de uma lógica coerente. A ideologia precisa ocultar sua origem e aparecer como verdade desde sempre (Chauí, 2019). É pela eficácia da ideologia que se constata o efeito de literalidade, ou seja, a evidência de algo natural que só poderia significar “isto”. Portanto, o efeito da literalidade cresce quando se apaga de uma ideologia a ideia *de ser uma* ideologia, ou seja, quanto maior a naturalização ideológica, mais as formações discursivas carregam sentidos literais.

Evita-se aqui discorrer a partir de um determinismo estrutural econômico que enxerga os jornais como apenas reprodutores dos interesses dominantes. Parte-se do entendimento dialético da relação entre as estruturas determinadas e ação dos sujeitos. Ou seja, “[...] o equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 121).

Porém, nos editoriais analisados essa tendência de reprodução é bastante visível, sobretudo pela naturalização das relações sociais existentes, com suas fraturas, explorações e carências estruturais. Por exemplo, somente o FSP.6 cita, sem desdobrar criticamente, a carência de infraestrutura da educação pública brasileira. Nenhum editorial problematizou a constituição estrutural da sociedade brasileira pautada numa polarização econômica-social entre a carência da maioria e o privilégio de uma minoria, nem como esse problema é um obstáculo para a consolidação de uma boa educação pública. Nenhum editorial situou criticamente esse contexto histórico com a agenda empreendida pelo movimento Escola Sem Partido.

Os meios de comunicação, ao reiterar sua função de informar a sociedade, constroem credibilidade para elaborar e distribuir os conteúdos com expressiva legitimidade, delineando

o que seria a “vontade geral” ou o entendimento do bem comum (Moraes, 2019). O discurso de autolegitimação do jornalismo opera através de auto legitimidade funcional e valorativa na busca do interesse público (Gomes, 2008). Essa legitimidade é perpassada pela ideologia da competência, ou seja, o discurso competente procura determinar quem teria o direito de falar e quem deveria ouvir “[...] assim como determina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido” (Chauí, 2019, p. 19).

É pela ideologia da competência que será instituída a legitimidade para os competentes falarem. A ideologia da competência institui uma cisão entre os chamados competentes, detentores de saber, e os incompetentes, que seriam destituídos de conhecimento e destinados à obediência. A opinião pública entra em degradação quando o juízo coletivo é pautado somente por meras sondagens de preferências ou manifestações sentimentais. Uma democracia pautada pelo debate técnico-especializado menospreza a maioria, tida como desorientada. Dessa forma, “[...] a propaganda política está para uma democracia assim como um porrete está para um Estado totalitário” (Chomsky, 2014, p 10).

Por outro lado, é preciso ponderar a aposta no excesso de influência midiática sobre o processo político. A política de negociações é perpassada por um complexo jogo de alianças que nem sempre estão à visibilidade midiática. Geralmente esse jogo é praticado “[...] à distância dos holofotes dos meios de comunicação ou, pelo menos, que se resguarda dos modos de exibição das indústrias de informação e do entretenimento” (Gomes, 2014, p. 63).

O fato é que nos editoriais a concepção de educação a partir da ideologia liberal é explícita. Nessa concepção, parte-se de que a sociedade é um conjunto de seres humanos vivendo um todo harmonioso, cujas partes precisam integrar-se. Essa educação, entendida como redentora da sociedade, aposta na instituição educacional como uma instância que é voltada para a “[...] formação da personalidade dos indivíduos, para o desenvolvimento de suas habilidades e para a veiculação dos valores éticos necessários à convivência social” (Luckesi, 1994, p. 38). Ao ignorar que a educação, com suas falhas e limitações, é justamente o reflexo da estrutura social, os editoriais operam uma *inversão* de dependência ao não conectar em seus argumentos que boa educação pública necessita de investimentos maciços.

Ao endossar o discurso do ESP de doutrinação, os editoriais classificam como doutrinação aquilo que pode ser compreendido como questionamentos e reflexões estruturais diante de uma sociedade marcada pela concentração de renda e dificuldade de acesso universal aos bens públicos prometidos pelo próprio Iluminismo burguês. Os editoriais deixam escassas as contextualizações históricas e sociais, onde são “[...] suplantadas por manobras discursivas

com efeitos políticos ou por processos de espetacularização que intentam transformar as notícias em mercadorias vendíveis” (Moraes, 2019, p. 41).

A instituição escolar passa por um processo de hibridação que vem desenhando a escola cada vez mais parecida com uma empresa a serviço dos interesses diversos, que aparece como uma supermáquina social dirigida por um “centro organizador” (Laval, 2019). Nenhum editorial contestou isso, nem problematizou os defensores do ESP procurarem no código do consumidor algum respaldo para suas atividades militantes e políticas. Essa concepção de escolarização aproxima-se do neotecnismo, onde o professor apenas aplica e transmite o conhecimento, não discutindo seus valores e não o abordando dentro do contexto social do aluno (Penna, 2017). Não é de estranhar que os três jornais apostam na consolidação da Base Curricular Comum como forma de homogeneizar a educação, assim como o uso de órgãos internacionais e intergovernamentais como critérios de comparação.

Por exemplo, ao usar o termo “Paternalismo” o jornal Folha de S. Paulo lamenta os rumos tomados pelo ESP, por romperem com a tradição liberal que dizem representar, mas não considera problemática a intervenção do Estado na instituição da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (Brasil, 2018). A BNCC não apresenta, como foi aprovada, uma concretização dos direitos e objetivos de aprendizagem conforme preconiza a Constituição Federal e o Programa Nacional de Educação. A visão político-pedagógica aprovada não assegura a efetiva inclusão de conhecimentos e culturas plurais, fomentando o reducionismo curricular, representando uma homogeneização que desconsidera as características regionais, diminuindo a autonomia em detrimento da centralização curricular (Dourado; Oliveira, 2018).

Com enfoque tecnicista e ausência de articulação da educação básica como construtora do ser humano enquanto cidadão, o saber não é mais entendido como uma essência universal do humano, que ao longo da história foi reservada a poucos, mas passa a ser um investimento rentável para indivíduos com dotes materiais e intelectuais desiguais. O sentido da escola passa de lugar de assimilação e convívio para um “[...] local de formação de caracteres adaptáveis às variações existenciais e profissionais em incessante movimento” (Laval, 2019, p. 48). Nesse sentido, os jornais aproximam-se do ESP ao pedir uma educação que apenas transmite conhecimentos *úteis* aos alunos, que não abalem as convicções ou percepções naturalizadas da sociedade existente, compreendendo a ordem social vigente como a única realidade social possível.

Nesse aspecto é possível conectar-se com a naturalização da ordem existente pela posição explícita do O Estado de São Paulo, que considera inaceitável qualquer subversão da ordem por parte dos professores. O discurso reforça as representações sociais vigentes,

procurando demonizar outras prerrogativas de sociabilidade. Aqui é reafirmada a percepção de que o capitalismo liberal criou uma ideologia reguladora entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, tornando-se o “real”. Esse “real” não deve ser abalado e aqueles que procurarem questioná-lo devem ser repreendidos pelo “bom senso” (Zizek, 1999).

Com argumentos mais sofisticados, O Globo apresenta-se como o mais ponderado frente aos perigos da doutrinação de “esquerda” ou “direita”. Ao ressaltar uma “escola dinâmica”, não deixa claro quais discussões teriam sentido nessa instituição. Assim como as ideias de “pensamento livre” aparecem sem explicações, o ideal escolar esboçado pelo editorial é descolado das condições materiais capazes de propiciar tal ambiente.

Diante da mobilização dos estudantes secundaristas contra as políticas fiscais do governo Temer, em 2016, O Estado de São Paulo desqualifica o movimento, reforçando os ataques às atividades políticas de esquerda, considerando as ocupações das escolas como invasões e um ato criminoso. Entre linhas, percebe o entendimento que as escolas não deveriam perder seu círculo funcional e as mobilizações comprometem a harmonia social. Não reconhece como válida nenhuma preocupação dos estudantes, nem considera que eles estejam exercendo a capacidade de pensar por si mesmos.

Essas posições reforçam a ideia de que o “[...] tecido no interior da mídia corporativa situa a discordância como “irresponsável”, “inconsequente”, “desagregadora” etc” (Moraes, 2019, p. 47). Toda e qualquer atividade política que se mobilize contra a ordem vigente deve ser tratada como violenta, injustificável e inoportuna. É inegável que a mídia “[...] tem um importante papel hegemônico não só em reproduzir, mas também em reestruturar as relações entre o público e o privado” (Fairclough, 2001, p. 147). No entanto, em seus editoriais acerca da Escola Sem Partido, percebe-se a tendência de naturalizar a visão hegemônica, corroborando com a ideia de que a ideologia é a maneira de pensar diferente, o outro é ideológico. Ao reforçar ideologicamente o pensamento hegemônico, os jornais apropriam-se e retroalimentam os *sentidos* gerados historicamente, como se deixassem os “fatos falarem por si”. Ignorando que os “[...] fatos nunca ‘falam por si’, mas são sempre levados a falar por uma rede de mecanismos discursivos” (Zizek, 1999, p. 17).

5 Considerações finais

A produção de consenso pela mídia empresarial tende a celebrar o mercado como instância habilitada a entender e suprir as demandas sociais por meio do consumo (Moraes,

2019). Nota-se que essa argumentação ocorre nas peças analisadas. Não que os editoriais defendam a privatização do ensino público, mas nenhum deles criticou, por exemplo, a posição retórica do ESP. Como dito, baseado no código do consumidor, defensores do Escola Sem Partido reduzem o processo educacional a uma prestação de serviço, fato não discutido por nenhum editorial.

A educação não pode ser reduzida a uma prestação de serviço, pois nela está contida aquilo que é vital para a manutenção da própria sociedade. Na modernidade espera-se da instituição escolar uma formação de indivíduos que valorizem os princípios da razão, da ciência e os sentimentos que fortalecem a moral democrática (Durkheim, 2011). Pela educação também se constitui o pensamento rigoroso, que usa a razão na construção de uma racionalidade ética emancipadora capaz de evitar a barbárie (Adorno, 1995). Mas então, a quem interessa a redução da função educacional? Certamente a uma razão que transformou o consumo e o gozo da mercadoria como primados da sociedade contemporânea. Assim, a função econômica *coloniza* as demais funções educacionais e procura direcionar a estrutura institucional da escola às experiências dos indivíduos na sociedade de mercado em construção (Laval, 2019).

Educar e instruir não devem ser compreendidas como duas dimensões separadas. A educação é um processo mais abrangente que não pode ser depositada apenas como função familiar. Há sempre elementos políticos no conhecimento, e a educação é o principal meio para valorizar aquilo que o ser humano tem de mais nobre: a capacidade de pensar. A concepção educacional defendida pelo ESP é extremamente perigosa, pois a tecnificação da vida potencializa uma sociedade totalitária (Guilherme; Picoli, 2018).

Apesar de, a nível federal, o projeto Escola Sem Partido ter sido arquivado no Congresso Nacional no final de 2018, é importante salientar que em outras esferas as atividades políticas envolvendo os rumos da educação continuam. A proliferação das ditas escolas cívico-militares em todo país durante do Governo Bolsonaro e seus efeitos incertos sobre as próximas gerações são clara manifestação disso. As disputas permanecem entre os defensores do ESP, que querem uma educação (supostamente) neutra e instrumental, e os educadores, comprometidos com uma educação que propicie um espírito crítico.

A prática educativa jamais é neutra ou comprometida com ideias intocáveis. Insistir na neutralidade é buscar convencer os incautos que a verdade é uma prática política indiscutível, amaciando a possibilidade de consciência daqueles que são historicamente explorados e injustiçados. Nesse sentido, o próprio Freire (2000), detestado pelo ESP e por Jair Bolsonaro, nos provoca ao alertar que a educação não pode sofrer concessão ao “pragmatismo” neoliberal,

que acaba compreendendo, de maneira redutiva, a prática educativa como um treinamento técnico-científico dos educandos. O educador não deve apenas muito bem ensinar sua disciplina, mas desafiar o educando a pensar criticamente.

A educação pode ser vista tanto no nível externo, como transferência de conhecimentos e habilidades (instruir), quanto pelo nível interno de construção do caráter, relacionando o indivíduo com a sociedade, ou seja, o educar político. Conforme argumentou Hannah Arendt (2003⁴*apud* Guilherme; Picoli, 2018), as maiores atrocidades que ocorreram no início do século XX seriam impossíveis sem o aparato técnico e científico. Dessa maneira, a diferença entre instruir e pensar aparece quando se constata que pessoas detentoras de muitos conhecimentos científicos cometeram atrocidades. O pensar, portanto, implica na capacidade de conhecer e refletir sobre o significado da experiência humana no mundo.

Nessa esteira, o movimento, e subsequentemente o projeto de lei Escola Sem Partido, ao propor a ausência de discussões éticas, políticas e morais na escola, potencializa a petrificação do homem, a incapacidade de pensar, tornando o educando um mero espectador da própria vida sem ação diante de uma realidade ficcional que pode tornar-se totalitária. Ao se opor a uma educação enquanto ação e envolvimento político, o movimento Escola Sem Partido promove, mesmo negando de forma veemente com seu discurso de neutralidade, uma educação altamente ideológica. A escola defendida pelo ESP está distante do ideário de cultivar o compromisso do desenvolvimento técnico com uma visão crítica de mundo, laica, respeitadora dos direitos humanos e produtora de cidadãos comprometidos com o bem comum da sociedade (Guilherme; Picoli, 2018).

Em um primeiro olhar, se compreendermos a ideologia a partir da prerrogativa althusseriana dos aparelhos ideológicos, pode-se pensar a prática jornalística desses grandes veículos como ideológicas por excelência. A materialidade da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo” com o dominado, ou seja, os próprios aparelhos ideológicos são compreendidos como espaço de lutas e disputas, em condições desiguais (Pêcheux, 1988). Certamente há um fluxo de publicações nos jornais analisados que se distanciam de suas posições editoriais, mas a frequência dessas se dá em condições assimétricas. O desequilíbrio de interesses torna-se problemático, ou seja, os interesses econômicos acabam respingando e comprometendo a esfera pública e, consequentemente, o exercício democrático.

⁴ ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: un estudio acerca de la banalidad del mal. Barcelona: Lumen, 2003. *Apud* Guilherme e Picoli (2018).

O jornalismo, para sua própria legitimidade social, constrói um discurso voltado para o seu campo, que busca configurar a identidade da corporação, e para convencer a todos que é uma instituição importante e que “[...] deve ser mantida, protegida e cuidada pelos cidadãos, mediante uma cultura e uma mentalidade adequadas, e pelo Estado, por meio das suas leis e princípios” (Gomes, 2008, p. 68). O jornalismo remete ao “interesse público” sua existência e legitimidade desde a fundação da Modernidade e a consolidação da esfera pública (burguesa). “Contra o segredo, a publicidade; contra o arbítrio, a argumentação; contra as investiduras do direito de sangue ou divino, a soberania do público; contra a clausura da decisão, a esfera da discussão pública” (Gomes, 2008, p. 73).

O problema de se adotar as ideias liberais sem reflexão é ignorar que essas ideias foram adotadas no Brasil pela elite política que conviveu com práticas de uma sociedade escravista. Se nos países em que se desenvolveram essas ideias já apresentam contradições, aqui a reprodução dessas causam uma duplicação das distorções ideológicas (Konder, 2002). Pode-se, nesse momento, interpretar o processo opinativo dos jornais como *assujeitados* aos pressupostos hegemônicos da modernidade e fiel ao seu ato fundante. A ideologia pode operar sobre uma particularidade com pretensões de universalidade e sua intenção pode ser *verdadeira* (Konder, 2002).

O discurso contra o Estado, em favor de indivíduos livres, pensantes e independentes são reforçados pelos editoriais, seja atacando o processo educacional pelo viés progressista, seja contra os investimentos políticos do ESP. Aos olhos da análise crítica, como já visto, isso é altamente ideológico dentro de nosso contexto hegemônico. Mas será que antes de sujeitar os seus leitores, os jornais já não estão assujeitados ideologicamente? De outro modo, será que de fato não acreditam piamente no seu estatuto histórico de bastião da liberdade democrática? Se sim, o entendimento deve deslocar-se da compreensão dos meios de comunicação como mero agente estrutural da hegemonia capitalista e buscar entendê-los, primeiramente, como um reflexo do processo de naturalização que ainda não conseguiu desencaixar-se de seu ato fundante. É uma duplicidade ideológica. Suas justificativas da modernidade cultural, do avanço político de publicidade burguês frente ao absolutismo, são maiores que o da modernidade instrumental.

Mas isso não exime os veículos da responsabilidade social de oferecer, em uma prerrogativa democrática, diversos ângulos sobre o tema. Ao menos nesse aspecto, pelo caráter deliberativo, a similaridade editorial dos três jornais mais expressivos do país mostra a pobreza de produção de visibilidade para o processo de posicionamento dos seus leitores e agentes políticos. Os jornais não agendaram abertamente os rumos do movimento ESP, não

substantializaram sua movimentação política por meio de projeto de lei. Mas endossou sua ideologia, sobretudo ao sedimentar a seguinte narrativa: O movimento Escola Sem Partido é um *efeito* de alguma *causa* que precisa ser resolvida. Apesar das diferenças pontuais, nenhum editorial antagonizou a narrativa de que o ESP é *consequência* de uma doutrinação constituída nas instituições educacionais do país. Os jornais reconhecem a postura conservadora, mas não problematizam a possibilidade de o ESP ser uma *causa* de setores sociais com agendas próprias.

O movimento e projeto Escola Sem Partido nega o caráter republicano da instituição escolar. Uma das funções pedagógicas que a escola tem é o convívio das diferentes visões de mundo, próprias da sociedade pluralista. A socialização na escola é uma das principais maneiras de oferecer aos jovens valores diversos daqueles que estão presentes na sua família. É pela escola que se possibilita o direito de conhecer o mundo e de adquirir os instrumentos para pensar autonomamente. Para atingir isso é preciso superar a concepção de família apresentada pelos defensores do ESP, pois essa visão de família como uma entidade cujos direitos suplantam as garantias individuais dos seus integrantes foi, de certo modo, vencida no âmbito da mulher, mas ainda disputada no que diz respeito aos filhos. Problemáticas não pautada pelos editoriais jornalísticos.

Referências

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2006.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano134, n. 248, p. 1, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: ensino médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- CHAUÍ, M. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. *In*: MORAES, D. (org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência Editoria, 2019.
- CHOMSKY, N. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CORREIA, J. C. Ideologia e hegemonia. *In*: ALBINO, A.; RUBIN, C. (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

DOURADO, L. OLIVEIRA, J. F. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. *In*: AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas a outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GUILHERME, A; PICOLI, B. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230042>. Acesso em: 23 out. 2025.

GOMES, W. Da discussão a esfera pública. *In*: GOMES, W.; MAIA, R. C. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectiva. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2014.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LOWY, M. **Ideologias e Ciência Social**. São Paulo: Cortez, 2017.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

KICHILESKI, A. **Imprensa e educação**: a posição editorial dos principais jornais brasileiros a partir da proposta política do movimento Escola Sem Partido. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAIA, R. Debates públicos na mídia: enquadramentos e trocas públicas de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 303-340, 2009.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 188-235, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>. Acesso em: 23 out. 2025.

MONT'ALVERNE, C.; JAMIL MARQUES, F. P. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. In: MONT'ALVERNE, C.; JAMIL MARQUES, F. P.; CERVI, E; CARVALHO, F. C. **Estudo sobre jornalismo político**. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 2018.

MORAES, D. Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e seus intelectuais nas disputas ideológicas. In: MORAES, D. (org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência Editoria, 2019.

MOURA, F. P. **Escola sem partido**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 2016. Dissertação (Mestrado profissional em História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

PEIXOTO, M. E. G; ALENCAR, C. N; FERREIRA, R. O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 18, n. 1, p. 215-233, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180112-5917>. Acesso em: 23 out. 2025.

PENNA, F. A. O. Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G (org.). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LLP/UERJ, 2017.

RICOEUR, P. **A interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

Journalism and the Escola Sem Partido movement: the editorial stance of Brazilian newspapers

Abstract

The article examines the editorial stance of the newspapers Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, and O Globo regarding the Escola Sem Partido movement between 2014 and 2018. The analysis is based on an adaptation of Critical Discourse Analysis and Framing Theory, as well as reflections on ideology, considering the arguments of the Escola Sem Partido movement and the newspapers' positioning. The analysis highlights that the newspapers framed the Escola Sem Partido movement editorially as an effect (reaction) of a cause (problem), aimed at addressing the alleged and vague lack of quality and direction in education. Despite specific differences, none of the editorials challenged the movement's narrative that indoctrination results from an established practice within the country's educational institutions. Acknowledging their conservative stance, the editorials do not question the possibility that the Escola Sem Partido movement is driven by social sectors with specific agendas, thereby legitimizing and accepting its premises.

Keywords

communication; education; party-free school movement

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está disponível em:

KICHILESKI, A. Imprensa e educação: a posição editorial dos principais jornais brasileiros a partir da proposta política do movimento Escola Sem Partido. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215623>. Acesso: 15 mar. 2025.

Declaração de autoria e responsabilidade

Concepção e elaboração do estudo: Alexandro Kichileski

Coleta de dados: Alexandro Kichileski

Análise e interpretação de dados: Alexandro Kichileski

Redação: Alexandro Kichileski, Carlos Augusto Locatelli

Revisão crítica do manuscrito: Alexandro Kichileski, Carlos Augusto Locatelli

Autoria para correspondência

Alexandro Kichileski

alexandrokichileski@gmail.com

Como citar

KICHILESKI, Alexandro. LOCATELLI, Carlos Augusto. Jornalismo e o movimento Escola Sem Partido: a posição editorial dos jornais brasileiros. **Intexto**, Porto Alegre, n. 58, e-147264, 2026. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583.58.147264>

Recebido: 04/05/2025

Aceito: 10/06/2025

Copyright (c) 2026 Alexandro Kichileski; Carlos Augusto Locatelli. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

